

**Copasa Serviço de Saneamento  
Integrado do Norte e Nordeste de  
Minas Gerais S/A - COPANOR**

**Demonstrações financeiras referente ao exercício findo  
em 31 de dezembro de 2022**

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO .....	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	7
Balanço Patrimonial.....	10
Demonstração do Resultado .....	11
Demonstração do Resultado Abrangente.....	11
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	12
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	13
1. Contexto Operacional .....	14
2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras .....	15
3. Principais Políticas Contábeis, estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	15
4. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos.....	27
5. Contratos de Concessões de Serviços Públicos.....	28
6. Caixa e Equivalentes de Caixa .....	29
7. Contas a Receber de Clientes.....	30
8. Estoques.....	30
9. Bancos e Aplicações de Convênio e Convênio de Cooperação Técnica.....	31
10. Ativo de Contrato.....	31
11. Intangível .....	32
12. Imobilizado .....	33
13. Fornecedores .....	35
14. Impostos, taxas e contribuições .....	35
15. Provisão para Demandas Judiciais .....	36
16. Patrimônio Líquido .....	37
17. Informações por Segmento de Negócios .....	38
18. Gestão de risco.....	40
19. Instrumento Financeiro por Categoria.....	42
20. Transações com Partes Relacionadas .....	42
21. Compromissos .....	44
22. Receitas .....	44
23. Custos e Despesas por Natureza .....	45
24. Outras Receitas e Despesas Operacionais .....	46
25. Receitas e Despesas Financeiras .....	46
26. Imposto de Renda e Contribuição Social .....	47
27. Eventos Subsequentes.....	47
Diretoria Executiva .....	48
Conselho Fiscal .....	48
Contador Responsável .....	48

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A COPANOR foi criada em 2007 para prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas Regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais. Essa região do Estado conta com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em Minas Gerais. O seu âmbito de atuação são as localidades com população compreendida entre 200 e 5.000 habitantes.

Em dezembro de 2022, a COPANOR operava os serviços de abastecimento de água em 78 municípios (30 em municípios com atuação da COPASA MG nas sedes) e os serviços de esgotamento sanitário em 58 municípios (17 em municípios com atuação da COPASA MG nas sedes).

Em relação ao desempenho operacional, a Empresa encerrou o ano de 2022 atendendo cerca de 225 mil pessoas para os serviços de abastecimento de água, distribuídas em 115 mil unidades consumidoras (economias) e com uma extensão de rede de 2,7 mil quilômetros. Com os serviços de esgotamento sanitário, a COPANOR atende cerca de 107 mil pessoas, distribuídas entre 55 mil economias e com uma rede de 1,6 mil quilômetros.

Quanto ao desempenho financeiro, a receita líquida de água e esgoto alcançou R\$47,3 milhões, alta de 14,3% quando comparada com o valor observado em 2021. Os custos e despesas operacionais, desconsiderando-se os custos de construção, atingiram R\$62,6 milhões, alta de 13,8%. Em 2022, a Subsidiária registrou prejuízo líquido de R\$11,2 milhões.

Apesar da evolução observada, o grande desafio da COPANOR continua sendo tornar-se uma Empresa sustentável, com prestação de serviços de saneamento de qualidade e tarifas reduzidas, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das desigualdades regionais, a promoção da inclusão social e a universalização dos serviços.

### Perfil da Companhia

A COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, cuja constituição foi autorizada pela Lei Estadual nº 16.698/2007, tem por objeto planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em localidades da região Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu. Conforme previsto em seu Estatuto Social, a Companhia deverá praticar tarifas diferenciadas e inferiores às praticadas pela COPASA MG.

**Missão:** Prover serviços de saneamento, em parceria com o Estado e municípios, em sua área de atuação, de forma sustentável.

**Visão:** Ser referência, junto à sociedade, como Empresa que presta serviços com eficiência e qualidade.

**Valores:** Ética exemplar e transparência; Responsabilidade socioambiental; Valorização dos colaboradores; Excelência na prestação dos serviços; e Inovação e disseminação do conhecimento.

### Investimentos

Em 2022, os investimentos realizados na COPANOR, considerando as capitalizações, totalizaram R\$39,6 milhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Valor (R\$ milhões)	2022	2021
Investimentos (incluindo capitalizações)	39,6	44,5

Para o ano de 2023, a Diretoria Executiva autorizou o plano de investimentos com previsão de R\$47,6 milhões.

A partir de julho de 2017, foi criado pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de MG (Arsae-MG) um subsídio tarifário na tarifa da COPASA MG para suportar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura da COPANOR. O valor do subsídio, a preços de 2017, era de R\$40 milhões, sendo que, de 2017 a 2021, a atualização monetária era pela variação observada no INCC.

No âmbito da 2ª revisão tarifária da COPASA MG, a Arsae-MG definiu pela continuidade desse repasse. Em 2022, a Controladora realizou 2 (dois) aportes de R\$27,1 milhões cada, sendo um em março e outro em agosto, visando a melhorias na infraestrutura da Subsidiária, conforme definido pela Agência Reguladora. Para 2023, o valor do subsídio é R\$47,6 milhões.

### **Ambiente Regulatório**

Os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela COPANOR são regulados e fiscalizados pela Arsae-MG. Cabe à Arsae-MG, dentre outras atribuições, a definição das tarifas da Companhia.

As tarifas praticadas são bem inferiores às tarifas de sua Controladora (COPASA MG), pois sua estrutura de custos não leva em conta a remuneração dos investimentos.

Em junho de 2021, foi divulgado o resultado da Revisão Tarifária Periódica da COPANOR, cujo Efeito Tarifário Médio foi de 10,79%, aplicado a partir de 01 de agosto daquele ano.

Em novembro de 2022 foi concluída nova revisão tarifária, que teve um Efeito Tarifário Médio de 26,99%, aplicado a partir de janeiro de 2023.

### **Número de Empregados**

A Companhia apresenta a seguir, o número de empregados, bem como o indicador número de empregados por mil ligações de água e esgoto, nos exercícios comparativos:

<b>Especificação</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var (%)</b>
Empregados	476	471	1,1%
Empregados/Ligações <sup>(1)</sup>	2,83	2,87	-1,4%

<sup>(1)</sup>Número de Empregados / 1.000 Ligações de água e esgoto.

### **Desempenho Operacional**

A COPANOR encerrou o ano de 2022 atendendo 115 mil economias (unidades consumidoras) de água, crescimento de 1,3% em relação a 2021, servindo aproximadamente 225 mil pessoas. A seguir, são apresentados os principais dados operacionais do serviço de abastecimento de água e a evolução nos períodos comparativos:

Dados Operacionais	2022	2021	Var (%)
<b>Água</b>			
Ligações (1.000 unidades)	112	110	1,5%
Economias (1.000 unidades)	115	113	1,3%
População Atendida (1.000 habitantes)	225	223	1,2%
Volume Distribuído (1.000 m³)	16.951	14.662	15,6%
Volume Medido (1.000 m³)	9.911	9.757	1,6%
Extensão de Rede (km)	2.751	2.701	1,8%

Em relação aos serviços de esgotamento sanitário, a COPANOR encerrou 2022 atendendo 54 mil economias, crescimento de 3,8% em comparação a 2021, e servindo 107 mil pessoas ao longo da área de atuação. A seguir, os principais dados operacionais desse segmento de atuação da Companhia:

Dados Operacionais	2022	2021	Var (%)
<b>Esgoto</b>			
Ligações (1.000 unidades)	54	52	2,5%
Economias (1.000 unidades)	55	54	2,3%
População Atendida (1.000 habitantes)	107	105	1,9%
Volume Medido (1.000 m³)	4.671	4.506	3,7%
Extensão de Rede (km)	1.576	1.572	0,2%

## Desempenho Financeiro

Abaixo são apresentados os dados financeiros da COPANOR, comparativo com 2022 e 2021:

Especificação	2022	2021	Variação (R\$ mil)	Variação (%)
<b>Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços</b>	<b>47.292</b>	<b>41.382</b>	<b>5.910</b>	<b>14,3%</b>
<b>Receita de Construção</b>	<b>17.040</b>	<b>23.134</b>	<b>(6.094)</b>	<b>-26,3%</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>1.850</b>	<b>1.803</b>	<b>47</b>	<b>2,6%</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(79.690)</b>	<b>(78.194)</b>	<b>(1.496)</b>	<b>1,9%</b>
Pessoal	(21.191)	(18.935)	(2.256)	11,9%
Materiais	(8.730)	(5.178)	(3.552)	68,6%
Serviços de terceiros	(7.346)	(7.219)	(127)	1,8%
Energia elétrica	(11.217)	(11.936)	719	-6,0%
Gerais	(1.818)	(1.095)	(723)	66,0%
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(4.279)	(4.737)	458	-9,7%
Depreciação e amortização	(9.002)	(7.196)	(1.806)	25,1%
Custos de construção	(17.040)	(23.134)	6.094	-26,3%
Provisão para perdas	75	(73)	148	-202,7%
(-) Créditos tributários	858	1.309	(451)	-34,5%
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(2.832)</b>	<b>(3.091)</b>	<b>259</b>	<b>-8,4%</b>
<b>Receitas Financeiras Líquidas</b>	<b>5.177</b>	<b>2.275</b>	<b>2.902</b>	<b>127,6%</b>
<b>Prejuízo Líquido</b>	<b>(11.163)</b>	<b>(12.691)</b>	<b>1.528</b>	<b>-12,0%</b>

A seguir, são apresentados os comentários para as principais variações verificadas entre os trimestres comparativos:

✓ **Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços:** acréscimo de R\$5.910 (14,3%) na Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços, ocasionado pelo aumento no volume medido de água de 1,6% e no volume medido de esgoto de 3,7%, em 2022, comparativamente com o exercício de 2021; e aplicação de novas tarifas em 10,79%, a partir de agosto de 2021.

▪ **Receitas e Custos de Construção:** queda de R\$6.094 (26,3%) em função do menor volume de investimentos realizados no exercício.

▪ **Custos e Despesas operacionais:** a seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:

✓ **Pessoal:** elevação de R\$2.256 (11,9%) em provisões para Acordo Coletivo em função de reajuste salarial de 15%, ocorrido em novembro de 2022.

✓ **Materiais:** elevação de R\$3.552 (68,6%) decorrente, principalmente, de aumento nos preços e maior consumo de combustíveis, oscilação no preço do combustível e de ajustes de saldos em materiais de tratamento.

✓ **Energia Elétrica:** decréscimo de R\$719 (6%), decorrente basicamente de (i) menor carga tributária sobre as contas de energia no exercício, bem como (ii) aplicação de bandeira tarifária mais barata em relação à vigente no exercício de 2021.

✓ **Despesas Gerais:** aumento de R\$723 (66%), principalmente em decorrência da retomada das viagens após melhora das condições da pandemia em 2022, bem como aumento no número de municípios que passaram a receber o repasse tarifário.

✓ **Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes:** diminuição de R\$458 (9,7%), que se justifica pela diminuição na inadimplência.

✓ **Depreciações e Amortizações:** aumento de R\$1.806 (25,1%) em função da crescente incorporação de obras encerradas, além do início de operação em algumas localidades.

✓ **Provisão para perdas:** redução de R\$148 (202,7%) decorrente de reversão de perdas materiais para obras registrada no exercício de 2022.

✓ **Créditos tributários:** decréscimo de R\$451 (34,5%) refere-se, principalmente, à interrupção da recuperação de crédito sobre a depreciação e amortização acelerada, a qual passou a ser realizada pelas despesas de depreciação e amortização contábil.

✓ **Outras Despesas Operacionais:** redução de R\$259 (8,4%) refere-se basicamente a redução nas provisões para demandas judiciais.

✓ **Receitas Financeiras Líquidas:** aumento de R\$2.902 (127,6%) em juros de aplicações financeiras.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da  
Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas  
Gerais S/A - COPANOR  
Belo Horizonte – MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - COPANOR (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copasa Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - COPANOR em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, chamamos a atenção para o fato da Companhia depender, substancialmente, dos repasses de recursos subsidiados por usuários da Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – COPASA MG para realizar investimentos e manutenção na infraestrutura de saneamento em sua área de atuação. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Belo Horizonte, 17 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-MG

  
Anderson Luiz de Menezes  
Contador CRC MG-070240/O-3



## Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	31.218	30.253
Contas a receber de clientes	7	11.213	11.184
Estoques	8	4.277	4.027
Impostos a recuperar		665	314
Bancos e aplicações de convênio	9	51	48
Convênio de cooperação técnica	9	15	18
Adiantamento e outros		286	283
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>47.725</b>	<b>46.127</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber de clientes	7	285	-
Ativos financeiros - contratos de concessões	5	16.976	18.924
Ativo de contrato	10	66.386	64.126
Direito de uso de arrendamento mercantil		9	3
Intangível	11	126.308	98.505
Imobilizado	12	6.428	3.410
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>216.392</b>	<b>184.968</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>264.117</b>	<b>231.095</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	13	8.974	19.991
Impostos, taxas e contribuições	14	2.426	1.978
Salários a pagar e provisão para férias		1.391	1.656
Débito com a Controladora	20	5.342	4.067
Passivo de uso de arrendamento mercantil		7	3
Obrigação diversas		337	473
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>18.477</b>	<b>28.168</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Provisão para demandas judiciais	15	443	746
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>443</b>	<b>746</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	16	338.075	283.896
Prejuízos acumulados	16	(92.878)	(81.715)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	16	<b>245.197</b>	<b>202.181</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>264.117</b>	<b>231.095</b>



## Demonstrações do Resultado e do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### Demonstração do Resultado

	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	22	47.292	41.382
Receita de construção	22	17.040	23.134
Custo dos bens e dos serviços prestados	23	(52.807)	(44.979)
Custo de construção	23	(17.040)	(23.134)
<b>PREJUÍZO BRUTO</b>		<b>(5.515)</b>	<b>(3.597)</b>
Despesas com vendas	23	(1.977)	(1.757)
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	23	(4.279)	(4.737)
Despesas administrativas	23	(3.587)	(3.587)
Outras receitas operacionais	24	1.850	1.803
Outras despesas operacionais	24	(2.832)	(3.091)
		<b>(10.825)</b>	<b>(11.369)</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTOS</b>		<b>(16.340)</b>	<b>(14.966)</b>
Receitas financeiras	25	5.274	2.386
Despesas financeiras	25	(97)	(111)
Receitas financeiras líquidas		5.177	2.275
<b>PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>		<b>(11.163)</b>	<b>(12.691)</b>
Provisão para o Imposto de Renda	26	-	-
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>		<b>(11.163)</b>	<b>(12.691)</b>
<b>Prejuízo por ação - Básico e diluído em R\$</b>	16	<b>(0,04)</b>	<b>(0,05)</b>

### Demonstração do Resultado Abrangente

Prejuízo do exercício	(11.163)	(12.691)
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(11.163)</b>	<b>(12.691)</b>



## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021</b>		<b>234.156</b>	<b>(69.024)</b>	<b>2.125</b>	<b>167.257</b>
Aumento de capital	16	49.740	-	(2.125)	47.615
Prejuízo do exercício	16	-	(12.691)	-	(12.691)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>		<b>283.896</b>	<b>(81.715)</b>	<b>-</b>	<b>202.181</b>
Aumento de capital	16	54.179	-	-	54.179
Prejuízo do exercício	16	-	(11.163)	-	(11.163)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>		<b>338.075</b>	<b>(92.878)</b>	<b>-</b>	<b>245.197</b>



Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(11.163)</b>	<b>(12.691)</b>
Ajustes para reconciliar o resultado líquido e o caixa líquido		
Depreciação e amortização	9.002	7.196
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	4.279	4.737
Provisão para demandas judiciais	26	231
Provisão para perdas de estoque de obras	(11)	-
Provisão para perdas de estoque operacional	(64)	(4)
Receitas e despesas de juros	(619)	(647)
Perda na baixa dos ativos de contrato	36	1.080
Ativo financeiro - capitalização	(412)	(350)
	<u>1.074</u>	<u>(448)</u>
Redução (aumento) no ativo operacional		
Contas a receber de clientes	(3.974)	(4.543)
Estoques	(175)	(1.705)
Impostos à recuperar	(351)	(185)
Adiantamento e outros	(78)	(78)
Aumento (redução) no passivo operacional		
Fornecedores	(11.017)	12.879
Impostos, taxas e contribuições	448	1.428
Salários a pagar e provisão para férias	(265)	496
Débito com Controladora	1.275	1.252
Obrigações diversas	(146)	(72)
<b>Caixa utilizado nas operações</b>	<b>(13.209)</b>	<b>9.024</b>
Juros pagos	-	(1)
Pagamentos de processos	(251)	(18)
<b>Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(13.460)</b>	<b>9.005</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de ativos de contrato	(27.584)	(35.093)
Aquisição de ativos intangíveis	(8.337)	(8.196)
Aquisição de ativos imobilizados	(3.753)	(2.286)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(39.674)</b>	<b>(45.575)</b>
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento:		
Pagamentos de arrendamento mercantil	(80)	(34)
Integralização de capital	54.179	47.615
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>54.099</b>	<b>47.581</b>
<b>Aumentos do caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>965</b>	<b>11.011</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.253	19.242
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	31.218	30.253
<b>Aumentos de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>965</b>	<b>11.011</b>



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

---

### 1. Contexto Operacional

A COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR ("COPANOR" ou "Companhia"), inscrita no CNPJ 09.104.426/0001-60, foi criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

A Companhia tem apresentado prejuízos recorrentes nos últimos anos. Considerando as dificuldades financeiras da Companhia, a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE – MG), criou, no âmbito da Revisão Tarifária da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG, sua Controladora, o programa de Subsídio Tarifário à COPANOR.

Esse subsídio consiste em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da COPASA MG para a Companhia, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura. Desta forma, a Companhia depende substancialmente do suporte financeiro a ser recebido da COPASA MG no contexto do subsídio tarifário estabelecido pela ARSAE – MG, assegurando a continuidade das operações e realização dos ativos.

Conforme Nota Técnica CRE nº 08/2021, no âmbito da 2ª (segunda) Revisão Tarifária, a ARSAE MG definiu pela continuidade do subsídio à Copanor e propõe a continuidade do subsídio em caráter provisório até que as lacunas existentes na legislação sejam preenchidas com a regulamentação federal e com o apoio de órgãos estaduais. Eventuais avanços quanto às diretrizes sobre política tarifária e de subsídios, caso venham a afetar o equilíbrio econômico-financeiro das concessões, podem ser posteriormente incorporadas na regulação das tarifas dos prestadores por meio de revisões extraordinárias.

As Demonstrações Financeiras são preparadas sob o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, considerando que o fluxo de caixa necessário nestas operações será garantido pelo suporte de recursos financeiros oriundos do programa de Subsídio Tarifário à COPANOR e se necessário de sua Controladora (COPASA MG), até que as operações se tornem lucrativas.

### **Impactos do COVID-19 nas condições financeiras e patrimoniais da Companhia**

A COPANOR, desde o início da pandemia, vem praticando uma série de ações com base nas recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde com o objetivo de preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores, bem como adotando medidas no âmbito comercial e outras ações preventivas para minimizar os impactos da pandemia aos clientes.



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

---

Não foram identificados impactos que requeressem ajustes sobre nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 no tocante à recuperabilidade de seus ativos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais e reconhecimento da receita.

### **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras são elaboradas com base no custo histórico e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs 21), e normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$1.000), exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022, em 14 de março de 2023. Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras.

### **3. Principais Políticas Contábeis, estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### **3.1 Apresentação de informações por segmentos**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas. A Companhia possui dois segmentos distintos, representados pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa 17.

#### **3.2 Conversão de moeda estrangeira**

##### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

## **(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **3.3 Instrumentos financeiros**

#### **3.3.1 Ativo financeiro**

##### **3.3.1.1 Reconhecimento inicial**

O contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessões são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### **3.3.1.2 Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.





## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

---

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### **Avaliação do modelo de negócio**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a política de aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

### **Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### **Desreconhecimento**

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia não transfere e não mantém substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

### 3.3.2 Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*Impairment*)

#### **(a) Ativos mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

A Companhia adota o modelo de reconhecimento de perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes, sendo que realiza estudos de forma a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

A partir dos estudos, a perda incorrida da Companhia leva em consideração a análise dos saldos históricos dos recebimentos para um período de 12 a 36 meses, segregados conforme características de risco de crédito, e divididos em grupos de inadimplência conforme faixas de vencimento, visando determinar de forma mais acurada a taxa pela qual os devedores passam para uma categoria com maior risco de inadimplência ao longo do tempo. Isto permitiu incorporar informações sobre o prazo real de pagamentos das faturas e, determinar, a partir do contas a receber de clientes, as estimativas de perda esperada para cada categoria de inadimplência.

A Companhia revisa os critérios da matriz de provisão, segregando a base de dados por localização geográfica e categoria de clientes, com o objetivo de determinar taxas de perda para cada grupo, com base em novas informações disponíveis e na análise da dívida de seus clientes, integrando ao estudo projeções razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras.

A Companhia segue analisando o comportamento de seus recebíveis, de forma que os valores provisionados reflitam as expectativas de perdas no contas a receber de clientes.

#### **Ativos financeiros com problemas de recuperação**

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

---

### **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial**

A provisão para perdas de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### **Baixa**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

#### **(i) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

#### **(ii) Ativos financeiros – Contratos de concessões**

A Companhia não reconhece perda por *impairment* sobre os mesmos, tendo em vista que os contratos de concessões preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela COPANOR reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia possui contratos de concessões pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessões pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia reconhece um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo valor presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia.

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

---

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

### **3.3.3 Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### **(a) Fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### **Desreconhecimento**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **3.4 Estoques**

Os estoques (almojarifados) são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando os materiais, excetos os estratégicos, atingem 365 dias sem

movimentação. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário.

### **3.5 Ativos intangíveis**

#### **(a) Ativos diretamente ligados a concessões**

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessões firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia utiliza o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros.

#### **(b) Direito de uso**

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessões.

#### **(c) Licenças de *software***

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos na aquisição, adicionados daqueles custos necessários para que estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

### **3.6 Imobilizado**

Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

---

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente a Companhia avalia a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	<u>Anos</u>
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

### 3.7 Perda do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa – UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em UGCs, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia tem apresentado prejuízos recorrentes nos últimos anos. Considerando as dificuldades financeiras da Companhia para realizar investimentos e manutenção na infraestrutura de saneamento em sua área de atuação, a ARSAE-MG, criou, no âmbito da Revisão Tarifária da COPASA MG, sua Controladora, o programa de Subsídio Tarifário à COPANOR, que consiste em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da COPASA MG para a Companhia, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura. Desta forma, a Companhia depende substancialmente do suporte



financeiro a ser recebido da COPASA MG no contexto do subsídio tarifário estabelecido pela ARSAE-MG, assegurando a continuidade das operações e realização dos ativos.

### **3.8 Provisões**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratarem de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas Demonstrações Financeiras, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

### **3.9 Tributação**

#### **(a) Imposto de renda e contribuição social**

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

---

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda.

### **Imposto de renda e contribuição social correntes**

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.





## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

O saldo acumulado do Ativo Fiscal Diferido é R\$ 30.578, correspondente a 34% do saldo acumulado do prejuízo fiscal e base negativa. Contudo, a Companhia não registrou imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa uma vez que não há expectativa de lucros tributáveis futuros.

### (b) Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

<b>Impostos</b>	<b>Alíquota %</b>
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza (*)	Diversas

(\*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/COFINS apurado pelo regime da não cumulatividade.

### 3.10 Capital Social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

### **3.11 Reconhecimento da Receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

#### **(a) Prestação de serviços**

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia, considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

#### **(b) Contratos de construção**

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos.

A Companhia estima que a margem é zero, depois de considerar a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessões e de Programa, pelos Municípios.

**(c) Ativo de contrato**

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia conclui a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessões de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

**3.12 Receita Financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

**3.13 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício. Não foram adotadas pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, entretanto não deverão ter impactos significativos nas suas políticas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Classificação do Passivo como Circulantes ou Não Circulantes (alterações ao CPC26/IAS 1);
- IFRS 17: Contratos de Seguro e alterações à IFRS 17;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

**4. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

---

Com base em premissas, a Companhia e sua subsidiária fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:

### **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Reconhecimento de receita de construção – Nota explicativa 3.11 (b): Estimativa da margem zero;
- (b) Reconhecimento de receita não faturada – Nota explicativa 3.11 (a): Estimativa baseada na média de consumo;
- (c) Provisão para perdas na realização de crédito – Nota explicativa 3.3.2(a): Mensuração de perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes;
- (d) Impostos – Nota explicativa 3.9: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- (e) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros - Nota explicativa 3.7: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- (f) Provisões para demandas judiciais - Nota explicativa 3.8: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- (g) Ativos financeiros – contrato de concessões - Nota explicativa 3.3.2: Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.

### **5. Contratos de Concessões de Serviços Públicos**

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário se dá por meio de contratos de concessões que são firmados com cada município, pelo período de 30 anos. Esses contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia engloba as regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG.



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A ARSAE-MG divulgou, em 28 de junho de 2021, a Resolução ARSAE-MG nº 155/21, na qual autorizou a aplicação de reajuste médio de 10,79% nas tarifas de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a partir de 1º de agosto de 2021.

Desconsiderando os municípios onde a COPASA tem sede, a COPANOR possuía 48 Contratos de Concessões para a prestação de serviços de abastecimento de água e 41 Contratos de Concessões para prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2022 (igual número de concessões em 31 de dezembro de 2021). Esses Contratos têm vencimento a partir de 2038.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

O saldo do ativo financeiro de concessões está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>18.924</b>	<b>23.491</b>
Transferência para Intangível	(2.360)	(4.917)
Capitalização	412	350
<b>Saldo final</b>	<b>16.976</b>	<b>18.924</b>

### 6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	8	8
Bancos	261	259
Aplicações financeiras	30.949	29.986
<b>Total</b>	<b>31.218</b>	<b>30.253</b>

A Companhia classifica suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 107,32% do CDI no exercício findo em 31 dezembro de 2022 (107,65% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro 2021). O CDI em 31 de dezembro de 2022 era de 13,65% (9,15% em 31 dezembro 2021).



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 7. Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Vencidos até 30 dias	2.533	2.619
Vencidos de 31 até 60 dias	1.325	1.298
Vencidos de 61 até 90 dias	769	1.169
Vencidos de 91 até 180 dias	1.276	1.717
Vencidos de 181 até 360 dias	41	51
Acima de 361 dias	8	4
Vencidos - total	<u>5.952</u>	<u>6.858</u>
A vencer	<u>3.641</u>	<u>2.915</u>
Valores faturados/a fatura	9.593	9.773
Valores a faturar	<u>3.647</u>	<u>3.380</u>
Contas a receber de clientes	13.240	13.153
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	<u>(1.742)</u>	<u>(1.969)</u>
<b>Contas a receber de clientes, líquidas</b>	<b><u>11.498</u></b>	<b><u>11.184</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>11.213</b>	<b>11.184</b>
<b>Não circulante</b>	<b>285</b>	<b>-</b>

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes foi a seguinte:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.969</b>	<b>1.496</b>
Adição na provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber de clientes	4.279	4.737
Contas a receber de cliente baixadas no período como incobráveis	<u>(4.506)</u>	<u>(4.264)</u>
<b>Saldo final</b>	<b><u>1.742</u></b>	<b><u>1.969</u></b>

### 8. Estoques

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Materiais em almoxarifado	4.353	4.167
(-) Provisão p/ perda de materiais (*)	<u>(76)</u>	<u>(140)</u>
<b>Total estoques</b>	<b><u>4.277</u></b>	<b><u>4.027</u></b>

(\*) A provisão é constituída quando o item de estoque não se movimentou nos últimos 365 dias.

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 9. Bancos e Aplicações de Convênio e Convênio de Cooperação Técnica

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações financeiras de convênio	51	48
<b>Bancos e aplicações financeiras de convênio</b>	<b>51</b>	<b>48</b>
Imposto de renda s/ aplicação financeira de convênio	323	323
Convênio	558.440	558.441
Depósitos recebidos por convênio	(558.748)	(558.746)
<b>Total convênio de cooperação técnica</b>	<b>15</b>	<b>18</b>

Os saldos acima referem-se a recursos recebidos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Minas Gerais – SES/MG, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para implantação dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões de atuação da Companhia.

### 10. Ativo de Contrato

O saldo de ativo de contrato refere-se ao saldo de obras em andamento:

	<u>Obras</u>	<u>Estoques para Obras</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	53.054	11.072	64.126
Adições	23.443	4.141	27.584
Baixas	(36)	-	(36)
Reversão de provisão para perdas em materiais de obra	-	11	11
Transferências para o ativo intangível	(25.209)	-	(25.209)
Transferências para o ativo imobilizado	(90)	-	(90)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>51.162</b>	<b>15.224</b>	<b>66.386</b>

	<u>Obras</u>	<u>Estoques para Obras</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	22.454	8.234	30.688
Adições	31.205	3.888	35.093
Baixas	-	(1.050)	(1.050)
Transferências para o ativo intangível	(582)	-	(582)
Transferências para o ativo imobilizado	(23)	-	(23)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>53.054</b>	<b>11.072</b>	<b>64.126</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as transferências de ativos de contratos para ativo intangível no montante de R\$25.209 foram decorrentes de encerramentos de obras (R\$ 582 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 11. Intangível

A composição dos saldos do intangível é a seguinte:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
<b>Em operação</b>						
Sistemas de água	53.306	(6.235)	47.071	43.480	(4.004)	39.476
Esgotamento sanitário	75.853	(8.156)	67.697	54.063	(5.358)	48.705
Sistemas de uso comum	17.235	(7.183)	10.052	13.956	(4.209)	9.747
Direitos de uso	161	(135)	26	150	(105)	45
Outros ativos intangíveis	1.552	(90)	1.462	577	(45)	532
<b>Total do intangível</b>	<b>148.107</b>	<b>(21.799)</b>	<b>126.308</b>	<b>112.226</b>	<b>(13.721)</b>	<b>98.505</b>

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de					
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Uso comum	Direitos de uso	Outros	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>39.476</b>	<b>48.705</b>	<b>9.747</b>	<b>45</b>	<b>532</b>	<b>98.505</b>
Adições	3.272	1.941	2.669	12	443	8.337
Amortização	(2.231)	(2.798)	(2.978)	(30)	(46)	(8.083)
Transferência (para) de ativo financeiro	983	1.089	396	-	(108)	2.360
Transferência entre intangível e imobilizado	-	-	(16)	-	-	(16)
Transferência de ativo de contrato	5.571	18.761	236	-	641	25.209
Outros	-	-	(2)	(1)	-	(3)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>47.071</b>	<b>67.697</b>	<b>10.052</b>	<b>26</b>	<b>1.462</b>	<b>126.308</b>

A movimentação no exercício de 2021 foi a seguinte:

	Sistemas de					
	Abastecimento de água	Esgotamento sanitário	Uso comum	Direitos de uso	Outros	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>37.948</b>	<b>45.859</b>	<b>7.148</b>	<b>75</b>	<b>399</b>	<b>91.429</b>
Adições	1.836	1.239	4.762	-	359	8.196
Baixas	-	-	(30)	-	-	(30)
Amortização	(2.051)	(2.576)	(2.097)	(30)	(23)	(6.777)
Transferência (para) de ativo financeiro	1.005	4.183	(68)	-	(203)	4.917
Transferência entre intangível e imobilizado	188	-	-	-	-	188
Transferência de ativo de contrato	550	-	32	-	-	582
Outros	-	(1)	1	-	-	-
<b>Saldos em 31 dezembro de 2021</b>	<b>39.476</b>	<b>48.704</b>	<b>9.748</b>	<b>45</b>	<b>532</b>	<b>98.505</b>



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apropriada ao resultado foi de R\$8.083, sendo R\$8.053 como custo dos serviços prestados e R\$30 como despesas administrativas (R\$6.777, sendo R\$6.747 como custo dos serviços prestados e R\$30 como despesas administrativas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Taxa média de amortização apurada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Sistemas de água	4,14%	4,69%
Esgotamento sanitário	4,24%	4,78%
Sistemas de uso comum	16,61%	17,29%
Direitos de uso	18,81%	20%

## 12. Imobilizado

A composição dos saldos do imobilizado é a seguinte:

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado Líquido
Máquinas e Equipamentos	4.872	(1.310)	3.562	4.010	(685)	3.325
Veículos	3.095	(229)	2.866	95	(10)	85
<b>Total do imobilizado</b>	<b>7.967</b>	<b>(1.539)</b>	<b>6.428</b>	<b>4.105</b>	<b>(695)</b>	<b>3.410</b>

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser demonstrada como segue:

	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º janeiro de 2022</b>	<b>3.325</b>	<b>85</b>	<b>3.410</b>
Adições	753	3.000	3.753
Depreciação	(621)	(219)	(840)
Transferência de ativos de contratos	90	-	90
Transferência entre intangível e Imobilizado	16	-	16
Outros	(1)	-	(1)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.562</b>	<b>2.866</b>	<b>6.428</b>

No exercício de 2021, a movimentação foi a seguinte:

	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outros</u>	<u>Terrenos e edificações</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º janeiro de 2021</b>	<b>1.472</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>193</b>	<b>1.673</b>
Adições	2.204	82	-	-	2.286
Transferências	1	-	(1)	-	-
Depreciação	(375)	(4)	-	(5)	(384)
Transferência de ativos de contratos	23	-	-	-	23
Transferência entre intangível e Imobilizado	-	-	-	(188)	(188)
<b>Saldos em 31 dezembro de 2021</b>	<b>3.325</b>	<b>85</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.410</b>



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

---

A depreciação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apropriada ao resultado foi de R\$840, sendo R\$828 como custo dos serviços prestados e R\$12 como despesas com vendas e administrativas (R\$384, sendo R\$382 como custo dos serviços prestados e R\$2 como despesas com vendas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

### **Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Vida Longa**

A Companhia elaborou estudo técnico de “teste de *impairment*”, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2022, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, população atendida, custos, despesas e investimentos no prazo de 30 anos, adotando-se como premissa a renovação dos contratos de concessões vigentes. O resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão para perda (“*impairment*”) de ativos de vida longa.

A Companhia entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita.

O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

O Fluxo de Caixa projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio, projetadas conforme Estratégias da Companhia. As principais premissas foram:

- As receitas e os custos operacionais do ano de 2023, conforme orçamento da subsidiária aprovado para o exercício. Receita de 2023 com aplicação de reajuste de 26,99% conforme autorizado pela ARSAE resolução nº 174/202. Para o período 2024 a 2027, foi considerado o incremento de receita decorrente do efeito dos investimentos projetados nas Revisões tarifárias anuais previstas para a COPANOR, que refletem impacto no Fator X decorrente de investimentos em tratamento de esgoto e melhoria dos índices de qualidade dos serviços e impactos dos componentes financeiros nas Revisões Tarifárias anuais. Para o período de 2028 em diante foi considerado apenas o impacto de crescimento vegetativo de água e esgoto de 0,5% a.a.;
- Os custos diretos foram mantidos constantes a partir dos dados projetados para 2023, com exceção do custo de energia elétrica, com redução prevista em 2025 e 2026 decorrente de migração de parte do consumo pela utilização de compensação do uso de energia renovável.
- A estimativa da recuperação de crédito de PASEP/COFINS foi obtida aplicando o percentual “recuperação de crédito PASEP/COFINS sobre custo direto total”, verificado de janeiro a novembro de 2022, sobre o custo direto total projetado a cada ano.



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

- A provisão para perdas esperadas das contas a receber foi estimada em 9,2% sobre a Receita Bruta em 2023, 7,5% em 2024 e 6% para os anos seguintes, como reflexo da retomada e intensificação das ações de cobrança;
- Preços foram mantidos constantes;
- Investimentos Projetados para o Sistema de Abastecimento de Água – SAA e Sistema de Esgotamento Sanitário – SES para o período de 2023 – 2027 foi considerado conforme valor do aporte de recurso subsidiado de R\$ 47,6 milhões ano, deduzidos os custos previstos para execução e serviços de manutenção subsidiada para cada ano. Para o ano de 2023 foi considerado o valor aprovado para o orçamento do exercício, considerando a sobra de capital aportado pela COPASA nos anos anteriores. Para demais anos, foi considerado o valor de investimentos acessórios, como valor necessário para manutenção das concessões em operação até o final do fluxo de caixa avaliado (crescimento vegetativo, hidrômetros e reposição de ativos).

A Companhia com base nessas premissas e no cálculo realizado, não identificou *impairment*.

### 13. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores no país	7.197	17.649
Fornecedores entrada de mercadoria	351	602
Fornecedores reajustes contratuais	476	479
Energia elétrica	950	1.261
<b>Total</b>	<b><u>8.974</u></b>	<b><u>19.991</u></b>

### 14. Impostos, taxas e contribuições

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
INSS	505	643
COFINS	1.380	927
PIS	299	201
FGTS	121	129
Outros	121	78
<b>Total – Passivo circulante</b>	<b><u>2.426</u></b>	<b><u>1.978</u></b>

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 15. Provisão para Demandas Judiciais

#### (a) Provisionadas (Prováveis)

	31/12/2022			31/12/2021		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Cível <sup>(i)</sup>	454	-	454	729	-	729
Trabalhista <sup>(ii)</sup>	115	(126)	(11)	65	(48)	17
<b>Total</b>	<b>569</b>	<b>(126)</b>	<b>443</b>	<b>794</b>	<b>(48)</b>	<b>746</b>

As provisões são registradas como passivo não circulante em função da expectativa de quando estes desembolsos de caixa irão ocorrer. O critério adotado pela Companhia é o de constituir provisão para as ações consideradas como perdas prováveis. As adições e reversões foram substancialmente decorrentes de novas ações e reclassificações de risco em demandas judiciais.

	2022	2021
<b>Saldo no início do exercício, antes da compensação de depósitos judiciais</b>	<b>794</b>	<b>563</b>
Adições	536	483
Atualizações	103	88
Pagamentos	(251)	-
Reversões	(682)	(340)
Juros sobre provisão judicial	69	-
<b>Total provisões</b>	<b>569</b>	<b>794</b>
Compensação de depósitos judiciais	(126)	(48)
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>443</b>	<b>746</b>

#### (b) Não provisionadas (Possíveis)

	31/12/2022	31/12/2021
Cível <sup>(i)</sup>	8.404	7.108
Tributária <sup>(ii)</sup>	24	1.095
Trabalhista <sup>(iii)</sup>	434	248
<b>Total</b>	<b>8.862</b>	<b>8.451</b>

##### (i) Cível

Refere-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de naturezas tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais.

##### Ações individuais

A Companhia é parte em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal dos negócios da Companhia e envolvem danos morais e materiais, tais como



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia.

### (ii) Tributária

Em 2022 trata-se de ações em execução fiscal das multas aplicadas de autos de infração 84246/2017 e 83102/2017 pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM.

### (iii) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos a empreiteiras, prestadores de serviços e fornecedores.

Todos os processos trabalhistas são, inicialmente, classificados como de perda possível e periodicamente, a classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas, em cada uma das fases do andamento processual.

## 16. Patrimônio Líquido

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Capital social (a)	338.075	283.896
Prejuízo acumulados (b)	(92.878)	(81.715)
<b>Total</b>	<b><u>245.197</u></b>	<b><u>202.181</u></b>

  

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(11.163)</b>	<b>(12.691)</b>
Média ponderada de ações no fim do exercício	313.243	261.537
<b>Prejuízo médio por ação - Básico e diluído em R\$</b>	<b><u>(0,04)</u></b>	<b><u>(0,05)</u></b>

### (a) Capital social

Em 4 de março de 2021, a Diretoria Executiva recomendou para a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária – AGE, o aumento do Capital Social, mediante a subscrição de novas ações no valor total de R\$25.945. Deste montante, R\$ 2.125 mil já haviam integralizados em 31 de março de 2020 com o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), e o restante foi integralizado em 31 de março de 2021.



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 10 de agosto de 2021, foi aprovado o aumento do Capital Social, mediante a subscrição de novas ações no valor total de R\$23.795, que foi integralizado em 31 de agosto de 2021.

Em reuniões realizadas em 24 de março e 8 de agosto de 2022, a Diretoria Executiva recomendou para a aprovação da Assembleia Geral o aumento do Capital Social, mediante a subscrição de novas ações no valor de R\$27.089 em cada deliberação. As ações foram integralizadas em 31 de março e 31 de agosto de 2022, respectivamente, num valor total aportado de R\$54.178.

Os aumentos de capital mencionados acima em 2021 e 2022, integralizados pela Controladora da Companhia, correspondem a recursos oriundos do subsídio previstos na revisão tarifária da COPASA MG.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 é formado por 338.074.814 ações ordinárias (283.895.976 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021)

Todas as ações estão integralizadas e possuem o valor nominal de R\$1,00 (um real). A Companhia é controlada pela COPASA MG, que detém 100% das suas ações.

### (b) Prejuízos acumulados

A Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$92.878 em 31 de dezembro de 2022 (R\$81.715 em 31 dezembro de 2021).

## 17. Informações por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e resíduos sólidos.

### Resultado

	2022			
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Reconciliação para as demonstrações financeiras	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	39.591	12.547	17.040	69.178
Deduções da receita bruta	(3.686)	(1.160)	-	(4.846)
Receita operacional líquida	35.905	11.387	17.040	64.332
Custos, despesas com vendas e administrativas	(47.573)	(15.077)	(17.040)	(79.690)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	(11.668)	(3.690)	-	(15.358)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas				(982)
Resultado financeiro, líquido				5.177
<b>Resultado operacional antes dos impostos</b>				<b>(11.163)</b>



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	2021			Saldo conforme demonstrações financeiras
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Reconciliação para as demonstrações financeiras	
Receita operacional bruta	34.849	10.751	23.134	68.734
Deduções da receita bruta	(3.224)	(994)	-	(4.218)
Receita operacional líquida	31.625	9.757	23.134	64.516
Custos, despesas com vendas e administrativas	(42.078)	(12.982)	(23.134)	(78.194)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	(10.453)	(3.225)	-	(13.678)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas				(1.288)
Resultado financeiro, líquido				2.275
<b>Resultado operacional antes dos impostos</b>				<b>(12.691)</b>

A amortização e depreciação do ativo está assim alocada:

Exercício findo em 31 de dezembro de:	2022	2021
Serviços de água	2.231	2.051
Serviços de esgoto	2.798	2.576
Outros imobilizados	3.973	2.569
<b>Total</b>	<b>9.002</b>	<b>7.196</b>

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	17.040	23.134
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(17.040)	(23.134)
<b>Margem de construção</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Intangível</b>		
Serviços de água	47.071	39.476
Serviços de esgoto	67.697	48.705
Outros intangíveis	11.540	10.324
<b>Total do intangível</b>	<b>126.308</b>	<b>98.505</b>
<b>Imobilizado</b>		
Máquinas e equipamentos	3.561	3.325
Veículos	2.866	85
<b>Total do imobilizado</b>	<b>6.427</b>	<b>3.410</b>

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.



## 18. Gestão de risco

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define os Objetivos Estratégicos da Companhia.

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias. No médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial. No longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de até 10 anos e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

### Gestão de risco financeiro

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado, CDBs, aplicações financeiras.

### Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram os ativos, como por exemplo, aplicações financeiras. A Companhia não possuía endividamento indexados à variação nas taxas de juros e taxas de câmbio.

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.





## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### (i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado do contas a receber estão adequadamente cobertas por provisão.

### (ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída em outubro de 2012 a política de aplicações financeiras da COPASA e da COPANOR, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e caução (agências de risco, *Fitch* e *S&P*)

	31/12/2022	31/12/2021
AAA	8.048	133
AA	112	39
A	22.840	18.351
A-	-	11.511
<b>Total</b>	<b>31.000</b>	<b>30.034</b>

Aplicações financeiras - (Nota 6)

Aplicações financeiras de convênio - (Nota 9)

<b>Total</b>	<b>31.000</b>	<b>30.034</b>
--------------	---------------	---------------

### Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita e pelos investimentos. No entanto, a COPANOR acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixas, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

	Faixas de vencimento			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Passivo de arrendamento	7	-	-	-
Fornecedores	8.974	-	-	-
Débito com Controladora	5.342	-	-	-

### 19. Instrumento Financeiro por Categoria

Os totais de Ativos e Passivos Financeiros ao Custo Amortizado são demonstrados como seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	31.218	30.253
Contas a receber de clientes	11.213	11.184
Bancos e aplicações de convênios	51	48
Ativos financeiros – contratos de concessões	16.976	18.924
Adiantamento e Outros	286	283
<b>Total</b>	<b>59.744</b>	<b>60.692</b>
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivos</b>		
Fornecedores	8.974	19.991
Débito com controladora	5.342	4.067
Passivo de uso de arrendamento mercantil	7	3
Obrigações diversas	337	473
<b>Total</b>	<b>14.660</b>	<b>24.534</b>

### 20. Transações com Partes Relacionadas

#### (a) Ativo, passivo e resultado

A Companhia reconhece como parte relacionada a sua Controladora COPASA MG, a Copass Saúde e o Estado de Minas Gerais, que é acionista majoritário da Controladora.

Os saldos e operações com as consideradas partes relacionadas são como segue:



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	COPASA	Outras	
		ESTADO MG	COPASS
<b>Em 31/12/2022:</b>			
<b>Ativo Circulante</b>			
Clientes - Valores faturados	-	316	-
Clientes - Valores a faturar	-	133	-
Convênio de cooperação técnica	-	15	-
<b>Total do ativo</b>	<b>-</b>	<b>464</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	-	-	-
Programa de saúde	-	-	110
<b>Não circulante</b>			
Débito com controladora	5.342	-	-
<b>Total do passivo</b>	<b>5.342</b>	<b>-</b>	<b>110</b>
<b>Resultado no exercício 2022</b>			
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	1.743	-
Despesas com Pessoal Cedido	(1.275)	-	-
Programa de saúde	-	-	(830)
Despesas de serviço de água e esgotamento sanitário	(217)	-	-
<b>Total do resultado</b>	<b>(1.492)</b>	<b>1.743</b>	<b>(830)</b>
<b>Em 31/12/2021:</b>			
<b>Ativo Circulante</b>			
Clientes - Valores faturados	-	135	-
Clientes - Valores a faturar	-	116	-
Convênio de cooperação técnica	-	18	-
<b>Total do ativo</b>	<b>-</b>	<b>269</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	-	-	-
Programa de saúde	-	-	92
<b>Não circulante</b>			
Débito com controladora	4.067	-	-
<b>Total do passivo</b>	<b>4.067</b>	<b>-</b>	<b>92</b>
<b>Resultado no exercício 2021</b>			
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	831	-
Despesas com Pessoal Cedido	(1.252)	-	-
Programa de saúde	-	-	(705)
Despesas de serviço de água e esgotamento sanitário	(99)	-	-
<b>Total do resultado</b>	<b>(1.351)</b>	<b>831</b>	<b>(705)</b>

### • COPASA MG

Refere-se a reembolso de despesas com pessoal técnico cedido, conforme I Termo Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica Institucional nº 14.0555.

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### • COPASS Saúde

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados. A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado com a ANS e regulado por aquela agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

### (b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da administração é realizada sob o contexto de sua Controladora.

## 21. Compromissos

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores contratados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	Prazo médio contratado em meses	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações contratuais – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	32.063	13	42.085	8

## 22. Receitas

	2022	2021
Receita bruta de serviços de água	39.591	34.849
Receita bruta de serviços de esgoto	12.547	10.751
<b>Total receita bruta de serviços</b>	<b>52.138</b>	<b>45.600</b>
Impostos sobre vendas e descontos	(4.846)	(4.218)
<b>Total receita líquida de venda de bens e/ou serviços</b>	<b>47.292</b>	<b>41.382</b>
Receita bruta de construção	17.040	23.134
<b>Total receita líquida de serviços e construção</b>	<b>64.332</b>	<b>64.516</b>

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 23. Custos e Despesas por Natureza

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Pessoal	21.191	18.935
Materiais	8.730	5.178
Serviços de terceiros	7.346	7.219
Energia elétrica	11.217	11.936
Gerais	1.818	1.095
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	4.279	4.737
Depreciação e amortização	9.002	7.196
Custos de construção	17.040	23.134
Provisão (Reversão de) para perdas	(75)	73
<b>Custos e despesas operacionais</b>	<b>80.548</b>	<b>79.503</b>
<b>(-) Créditos tributários</b>	<b>(858)</b>	<b>(1.309)</b>
<b>Custos e despesas operacionais líquidas</b>	<b>79.690</b>	<b>78.194</b>
Custo dos bens e dos serviços prestados	52.807	44.979
Custo de construção	17.040	23.134
<b>Custos</b>	<b>69.847</b>	<b>68.113</b>
Despesas com vendas	1.977	1.757
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	4.279	4.737
Despesas administrativas	3.587	3.587
<b>Despesas</b>	<b>9.843</b>	<b>10.081</b>
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Materiais	2.048	1.426
Equipamentos	2.409	8.738
Serviços de terceiros	12.583	12.970
<b>Total dos custos de construção</b>	<b>17.040</b>	<b>23.134</b>
Pessoal:	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Salários	12.231	11.538
Custos previdenciários	3.378	3.357
FGTS	834	833
Programa de alimentação	3.724	2.340
Plano de saúde	830	705
Formação Profissional	103	74
Outros benefícios	91	88
<b>Total</b>	<b>21.191</b>	<b>18.935</b>

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 24. Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas e despesas operacionais estão apresentadas a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Reversão de provisão para perda de materiais de Obra	-	1.225
Recuperação de contas baixadas	1.784	455
Outras	66	123
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b><u>1.850</u></b>	<b><u>1.803</u></b>
Reversão (provisão) de demandas judiciais, líquida	43	(231)
Taxa da ARSAE	(960)	(775)
Impostos e tributos	(132)	(1.169)
Multas diversas	(1.085)	(203)
Outras	(698)	(713)
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b><u>(2.832)</u></b>	<b><u>(3.091)</u></b>

### 25. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas e despesas financeiras podem ser assim sumariadas:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Juros diversos/clientes	640	621
Receita de variação monetária e cambial	57	43
Rendimentos com aplicações financeiras	4.259	1.440
Receita de ativos financeiros	412	351
Descontos obtidos	144	43
Tributos sobre receita financeira	(238)	(112)
<b>Total de receita financeira</b>	<b><u>5.274</u></b>	<b><u>2.386</u></b>
Juros e multas sobre tributos	(17)	(59)
Tarifas bancárias	(6)	(29)
Juros sobre arrendamento mercantil	(5)	(1)
Juros sobre provisões judiciais	(69)	-
Outras despesas	-	(22)
<b>Total de despesa financeira</b>	<b><u>(97)</u></b>	<b><u>(111)</u></b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b><u>5.177</u></b>	<b><u>2.275</u></b>



## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

### 26. Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da alíquota efetiva pode ser demonstrada conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado antes dos impostos e contribuições	(11.163)	(12.691)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal (34%)	3.795	4.315
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não registrados pela falta de expectativa de lucro tributáveis futuros	(3.376)	(4.195)
Ajustes permanentes	(419)	(120)
Resultado com imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>
Provisão para o imposto de renda	-	-
Provisão para a contribuição social sobre o lucro	-	-

### 27. Eventos Subsequentes

#### Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 e 885, a respeito do limite da coisa julgada em âmbito tributário na hipótese de o contribuinte ter, em seu favor, decisão transitada em julgado que declare a inexistência de relação jurídico-tributária. Na ocasião, o Plenário do STF concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva “coisa julgada” perdem seus efeitos se, posteriormente, o STF conceber entendimento diverso sobre o tema.

A Administração da Companhia avaliou o conteúdo e os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a mesma não resulta em impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022. Não há procedimentos de recolhimentos de tributos em desconformidade com a Lei, tampouco processos tributários correlatos em andamento. Portanto, a Companhia não é afetada pelo julgado do STF.





## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

---

### **Diretoria Executiva**

Guilherme Augusto Duarte de Faria – Diretor-Presidente

Carlos Augusto Botrel Berto – Diretor Financeiro e Administrativo

Márcia Fragoso Soares – Diretora de Operação e Empreendimentos

Cleyson Jacomini de Sousa – Diretor de Relacionamento com Cliente e Regulação

### **Conselho Fiscal**

Juliano Fisicaro Borges

Kathleen Garcia Nascimento

Thales Almeida Pereira Fernandes

### **Contador Responsável**

Gabriel Estellita Lins Costa – Contador – CRC/ES-009433/O-4 T-MG